

JORNAL DO SENADO

ÓRGÃO DE DIVULGAÇÃO DAS ATIVIDADES DO SENADO FEDERAL

ANO VI – Nº 1.041 – BRASÍLIA, TERÇA-FEIRA, 22 DE FEVEREIRO DE 2000

**Proibição do uso
de armas em
debate na CRE**

PÁGINA 4

**CAE vota
projeto de
apoio à
infância**

PÁGINA 4

Primeira votação no Senado do projeto de Lei de Responsabilidade Fiscal deve ocorrer na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, que hoje recebe o parecer favorável do senador Álvaro Dias



CCJ inicia discussão da Lei de Responsabilidade Fiscal

Senador Álvaro Dias apresenta hoje seu relatório à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, com parecer favorável à aprovação. Votação pode ocorrer amanhã e a matéria irá depois à Comissão de Assuntos Econômicos

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) recebe hoje o relatório do senador Álvaro Dias sobre o projeto de Lei de Responsabilidade Fiscal. Favorável à proposta, ele antecipou que não pretende aceitar modificações no texto

votado na Câmara, a fim de que, se aprovado também no Senado, possa ser sancionado pelo presidente da República e entrar em vigor este ano. O projeto ainda passará pela Comissão de Assuntos Econômicos antes de ir a Plenário.

PÁGINA 3

SESSÃO ESPECIAL FAZ HOMENAGEM A PETRÔNIO PORTELLA

O Plenário realiza hoje, às 11h, uma sessão especial em homenagem à memória do senador Petrônio Portella, falecido em 1980. Petrônio foi um dos articuladores da abertura política iniciada no governo Ernesto Geisel.

PÁGINA 3

O piauiense Petrônio Portella foi presidente do Senado duas vezes: entre 1971 e 1973 e entre 1977 e 1979



Fogaça anuncia acordo para aprovar emenda das MPs

PÁGINA 5

Plenário debate Desvinculação de Receitas da União

Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza também terá hoje seu quarto dia de discussão

O Senado realiza hoje o quarto dia de discussões das propostas de emenda constitucional que instituem a Desvinculação de Receitas da União (DRU) e o Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza. A DRU determina que 20% da arrecadação de todos os impostos e contribuições da União sejam desvinculados de qualquer despesa previamente atribuída. A proposta tem parecer favorável da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). Após o quinto dia de discussão, a matéria estará pronta para votação em primeiro turno.

O relator da matéria, Lúcio Alcântara (PSDB-CE), disse que a aprovação da proposta permitirá ao governo manter uma política fiscal equilibrada e ra-

cional e "alocar recursos onde são mais necessários, mantendo a estabilidade monetária, não emitindo moeda nem utilizando endividamento adicional".

Alcântara ressaltou que a desvinculação não atinge o Fundo de Participação dos Estados (FPE) nem o Fundo de Participação dos Municípios (FPM), diminuindo a perda que tinham com o antecessor da DRU, o Fundo de Estabilização Fiscal. A desvinculação também não incide sobre os fundos constitucionais do Norte, Nordeste e Centro-Oeste; o Imposto Territorial Rural (ITR); o Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) de mercadorias para exportação; e o Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) cobrado sobre transações com ouro.

Simon propõe que fundo receba recursos provenientes da DRU

O senador Pedro Simon (PMDB-RS) quer que o Fundo de Combate à Pobreza seja alimentado com 6% dos recursos provenientes da Desvinculação de Receitas da União (DRU), mecanismo que deverá substituir o Fundo de Estabilização Fiscal (FEF), e que será votado em primeiro turno pelo Plenário na quarta-feira. A sugestão foi feita por meio de emenda ao substitutivo à Proposta de Emenda Constitucional 67, que cria o fundo destinado a combater a pobreza:

— Não devemos perder a oportunidade de assegurar um montante razoável de recursos a tão relevante finalidade social — diz Simon na justifi-



Simon: idéia estava prevista na PEC original

cação de sua emenda aditiva, que receberá parecer da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) e deverá ser votada junto com o substitutivo em Plenário.

Pedro Simon explica que idéia de incluir entre as fontes do Fundo de Combate à Pobreza recursos do FEF estava prevista na PEC 67, de autoria do presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães. A PEC determinava que, do dinheiro retido no FEF, seriam retirados 10%, algo em torno de R\$ 3,5 bilhões, para o combate à pobreza, o que elevaria as disponibilidades totais do fundo a uma quantia entre R\$ 7 e R\$ 10 bilhões. Simon lembra que a atual proposta de constituição do fundo prevê recursos da ordem de R\$ 4 bilhões:

— Esse valor reduz muito os graus de liberdade para ações verdadeiramente objetivas e consistentes para erradicar a miséria — diz Simon. O senador observa que os recursos retidos no FEF e futuramente na DRU seriam destinados originalmente ao desenvolvimento social.

Brasil 500



AGENDA

TERÇA-FEIRA, 22 DE FEVEREIRO DE 2000

Antonio Carlos Magalhães
Presidente

11h — Preside sessão especial de homenagem
15h30 — Preside sessão deliberativa

PLENÁRIO

11h — Sessão Especial destinada a homenagear a memória do ex-senador Petrólio Portella.

14h30 — Sessão deliberativa ordinária

Pauta: Quarto dia de discussão, em primeiro turno, da *PEC nº 4/2000, que institui a Desvinculação de Receitas da União (DRU); terceiro dia de discussão, em primeiro turno, da *PEC nº 67/99 (tramitando em conjunto com a *PEC nº 96/99), que altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, introduzindo artigos que criam o Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza; terceiro dia de discussão, em primeiro turno, da *PEC nº 96/99, que institui o Fundo Constitucional de Combate à Pobreza e a Contribuição Social sobre a Movimentação ou Transmissão de Valores e Créditos de Natureza Financeira; *PLC nº 49/99, altera a Lei nº 8.248/91, a Lei nº 8.387/91, e o Decreto-Lei nº 228/67, que dispõem sobre a capacitação e competitividade do setor de tecnologia de informação; *PDL nº 50/99, que aprova o ato que renova a concessão da Rádio Clube de Mirandópolis Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Mirandópolis (SP); *PDL nº 51/99, aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rádio Capixaba Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda tropical na cidade de Vitória (ES); *PDL nº 68/99, que aprova o ato que renova a concessão da Fundação Aldeia SOS de Goioerê para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Goioerê (PR); *Parecer nº 33/2000, da Comissão de Assuntos Econômicos, concluindo pelo arquivamento do Ofício nº S/59, de 1999, que encaminhou ao Senado o relatório sobre operação de troca de títulos do tipo Brady por um novo título do tipo Global, que resultou na emissão, pelo governo brasileiro, de US\$ 2 bilhões; *Requerimento nº 55/2000, do senador Bello Parga, solicitando a tramitação conjunta do PLS nº 164/99, com o de nº 166/96, que já se encontra apensado ao PLS nº 330/99, por regularem a mesma matéria; e *Requerimento nº 56/2000, do senador Ramez Tebet, solicitando a retirada, em caráter definitivo, do PLS nº 27/2000, de sua autoria.

COMISSÕES

10h — Comissão de Assuntos Econômicos

Pauta: Entre outros itens, *PR nº 47/99, altera a Resolução nº 78/98 do Senado Federal, que trata do endividamento dos estados e municípios; *PLC nº 21/99, determina a obrigatoriedade de os novos aparelhos de televisão conterem dispositivo que possibilite o bloqueio temporário da recepção de programação inadequada; *PLC nº 27/98, institui o Programa Nacional de Apoio à Infância, amplia os benefícios da merenda escolar; *PLS nº 461/99, que dispõe sobre a assistência farmacêutica no Sistema Único de Saúde; *PLS nº 403/99, que dispõe sobre o seguro obrigatório de pagamento das obrigações trabalhistas relativas à rescisão contratual; *PLS nº 214/99 — Complementar, que altera a Lei nº 4.320/64, instituindo instrumento que garanta o equilíbrio fiscal estrutural dos diversos entes da Federação; e *PLS nº 401/99, que concede isenção de contribuição social para o produtor rural e altera a alíquota do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) incidente sobre a remuneração de empregados rurais. *Ala Senador Alexandre Costa — Sala 19*

11h30 — Comissão de Educação

Pauta: Entre outros itens, *PLS nº 228/99, que dispõe sobre a unificação dos vestibulares nas universidades federais; *PLS nº 576/99, que inclui como tema transversal nos currículos de ensino fundamental e médio a prevenção contra o uso de drogas; *PLS nº 615/99, altera a Lei nº 9.394/96, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional; *PLS nº 529/99, que institui o Dia do Advogado a ser celebrado em 11 de agosto. *Ala Senador Alexandre Costa — Sala 15*

17h — Instalação da Comissão Mista destinada a examinar a *MP nº 1972-10, que dispõe sobre o Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior. *Ala Senador Nilo Coelho — Sala 2*

17h30 — Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

Pauta: Entre outros itens, *Mensagem nº 75/2000, que submete à apreciação do Senado o nome de Ariel Rocha de Couto, para exercer o cargo de diretor-geral da Agência Brasileira de Inteligência; *PLS nº 292/99 (em tramitação conjunta com os PLS nºs 386 e 614, de 1999), que dispõe sobre o fabrico, depósito, trânsito e porte de armas de fogo; *PLS nº 386/99, que acrescenta dispositivos à Lei nº 9.437/97, a fim de estabelecer critérios para o porte de armas de fogo; e *PLS nº 614/99, que

proíbe a venda de armas de fogo e munição em todo o território nacional. *Ala Senador Alexandre Costa — Sala 7*

Após a Ordem do Dia: Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Pauta: *PLC nº 4/2000, que estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal. *Ala Senador Alexandre Costa — Sala 3*

18h — Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Pauta: Atas da primeira e segunda reuniões ordinárias e apreciação das contas do presidente da República referentes ao exercício de 1997. *Plenário 2 do Anexo Luís Eduardo Magalhães da Câmara dos Deputados*

PREVISÃO

PLENÁRIO

Quarta-feira

14h30 — Sessão deliberativa ordinária

Pauta: Quinto e último dia de discussão, em primeiro turno, da *PEC nº 4/2000, que institui a Desvinculação de Receitas da União (DRU); quarto dia de discussão, em primeiro turno, da *PEC nº 67/99, que altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, introduzindo artigos que criam o Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza; quarto dia de discussão, em primeiro turno, da *PEC nº 96/99, que institui o Fundo Constitucional de Combate à Pobreza e a Contribuição Social sobre a Movimentação ou Transmissão de Valores e Créditos de Natureza Financeira; *PDL nº 96/99, que renova a concessão da Rádio Club Altinópolis (SP); *PDL nº 104/99, aprova o ato que renova a concessão da Rádio São Joaquim Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de São Joaquim da Barra (SP); e *PDL nº 108/98, aprova o ato que renova a permissão outorgada à Sociedade Rádio Cultura São Vicente Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Santos (SP).

Quinta-feira

10h — Sessão deliberativa ordinária

Pauta: Quinto e último dia de discussão, em primeiro turno, da *PEC nº 67/99 (tramitando em conjunto com a *PEC nº 96/99), que altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, introduzindo artigos que criam o Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza; quinto e último dia de discussão, em primeiro turno, da *PEC nº 96/99, que institui o Fundo Constitucional de Combate à Pobreza e a Contribuição Social sobre a Movimentação ou Transmissão de Valores e Créditos de Natureza Financeira; *PDL nº 59/99, aprova o ato que renova a concessão do Sistema de Radiodifusão Araxá Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Araxá (MG); *PDL nº 101/99, aprova o ato que renova a concessão da Rádio Jornal São Miguel Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de São Miguel do Iguçu (PR); e *PDL nº 102/99, aprova o ato que renova a concessão da Fundação Nossa Senhora Imaculada Conceição para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Palmeira (PR).

Sexta-feira

9h — Sessão não deliberativa

COMISSÕES

Quarta-feira

9h — Comissão de Assuntos Sociais

Pauta: Entre outros itens, *PLS nº 92/99, altera a Lei nº 9.068/98 que dispõe sobre o trabalho voluntário; *PLC nº 31/97, trata do vínculo empregatício nas cooperativas, alterando a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT); *PLC nº 34/99, que estabelece normas gerais para a acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência; *PLS nº 569/99 (decisão terminativa), que determina desconto de 50% nas tarifas de passagens aéreas para os maiores de 60 anos; *PLS nº 530/99 (decisão terminativa), que dispõe sobre a assistência pré-natal às gestantes e a realização obrigatória de exames complementares; *PLS nº 388/99 (decisão terminativa), altera a Lei nº 6.360/76, que dispõe sobre a vigilância sanitária; e *PLS nº 474/99 (decisão terminativa), que institui o Dia Nacional de Vacinação Contra a Hepatite B. *Ala Senador Alexandre Costa — Sala 9*

10h — Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Pauta: Entre outros itens, *PLC nº 49/99, que dispõe sobre a capacitação e competitividade do setor de tecnologia da informação; *PLC nº 1/2000, que dispõe sobre a relação entre a União, os estados, o Distrito Federal e os municípios, suas autarquias, fundações, sociedades de economia mista e outras entidades públicas e suas respectivas entidades fechadas de previdência complementar; e substitutivo ao *PLS nº 32/99, que altera Código Penal. *Ala Senador Alexandre Costa — Sala 3*

JORNAL DO SENADO www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br - tel.: 0800 612211 - fax: (61) 311 3137

MESA DO SENADO FEDERAL

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia

Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva

Diretor da Sec. de Comunicação Social: Fernando Cesar Mesquita (61) 311-3211

Diretor de Divulgação e Integração: Helival Rios (61) 311-1150

Diretor do Jornal do Senado: José do Carmo Andrade (61) 311-3170

Diretor da Agência Senado: Flávio de Mattos (61) 311-3327

Editor-Chefe: Edson de Almeida

Editores: Djalba Lima, João Carlos Ferreira da Silva, Sylvio Costa e Sylvio Guedes

Diagramação: Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho e Osmar Miranda

Revisão: Lindolfo do Amaral Almeida, Maria das Graças Aureliano e Miquéias Dantas de Moraes

Fotos: Célio Azevedo, Márcia Kalume, Adão Nascimento, Roosevelt Pinheiro, Waldemir Rodrigues, José Cruz e Jane Araújo

Arte: Cirilo Quartim

Endereço: Praça dos Três Poderes
Ed. Anexo I do Senado Federal,
20º andar
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela
Secretaria Especial
de Editoração e
Publicações

Presidente: Antonio Carlos Magalhães

1º Vice-Presidente: Geraldo Melo

2º Vice-Presidente: Ademir Andrade

1º Secretário: Ronaldo Cunha Lima

2º Secretário: Carlos Patrocínio

3º Secretário: Nabor Júnior

4º Secretário: Casildo Maldaner

Suplentes de Secretário: Eduardo Suplicy - Lúdio Coelho

Jonas Pinheiro - Marluce Pinto

CCJ começa a apreciar Lei de Responsabilidade Fiscal

Em reunião extraordinária, Comissão de Justiça toma conhecimento do relatório de Álvaro Dias sobre projeto destinado a impedir que prefeitos, governadores e presidente gastem mais do que o total da arrecadação

O senador Álvaro Dias (PSDB-PR) apresenta hoje à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), em reunião extraordinária, seu relatório sobre o projeto da Lei de Responsabilidade Fiscal, destinada a impedir que prefeitos, governadores e o presidente da República gastem mais dinheiro do que arrecadam. A proposta pode ser colocada em votação na CCJ amanhã e receberá, ainda, parecer da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) antes de chegar ao Plenário.

De acordo com o texto já aprovado pela Câmara, o dirigente que descumprir as normas de austeridade nos gastos públicos poderá ser responsabilizado com base no Código Penal e em outro projeto de lei que ainda vem sendo discutido pelos deputados e prevê até mesmo a possibilidade de perda do mandato.

Esta será a primeira votação efetiva, no Senado, do projeto da Lei de Responsabilidade Fiscal. O relator da proposta na CAE é o senador Jefferson Péres



(PDT-AM). Os dois relatores já anunciaram que não pretendem apresentar ou aceitar modificações no projeto oriundo da Câmara, o que permitirá sua sanção pelo presidente da República, caso seja votado favoravelmente pelo Plenário do Senado.

Para o relator Álvaro Dias, o Brasil há muito precisava de uma lei dessas, impedindo que prefeitos e governadores gastem acima da previsão contida no orçamento anual, contratem funcionários pouco antes de deixar o governo ou tomem dívidas que só o sucessor irá pagar.

A proposta estabelece limites para o endividamento público e para a concessão de incentivos fiscais de qualquer natureza, o que, na prática, cria obstáculos à chamada guerra fiscal entre os estados. Álvaro Dias considera o projeto "uma espécie de cartilha da boa prática administrativa pública", com proteção para o bom administrador e "um alerta permanente aos maus gestores do dinheiro público".



Álvaro Dias (acima) apresenta hoje parecer ao projeto, que deve ser colocado em votação amanhã na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Projeto mobilizou prefeitos na convocação

Por sua importância no equilíbrio das contas públicas brasileiras, o projeto da Lei de Responsabilidade Fiscal foi incluído, pelo presidente da República, na pauta de votação ao convocar o Congresso para trabalhar durante o recesso parlamentar.

Foi um dos projetos mais debatidos e levou ao Parlamento representantes de prefeitos de todo o país, contrários a alguns rigores do projeto. Eles queriam que a lei não fosse aplicada neste ano, quando haverá eleições municipais. Durante o recesso, só a Câmara votou o projeto, e, exatamente sete dias depois de reabertos os trabalhos normais do Congresso, o Senado já começa a apreciar a proposta.

Não apenas os prefeitos tentaram mudar o projeto em sua tramitação na Câmara. Os deputados oposicio-

nistas, favoráveis ao objetivo geral da proposta, questionaram vários de seus pontos, principalmente a obrigatoriedade de se cortarem gastos na administração pública (incluindo os na área social), quando o estado ou município não cumprir suas metas fiscais. Para a oposição, o projeto privilegia os bancos, pois os administradores têm de suspender quase todos os pagamentos para corrigir problemas, exceto adiar o pagamento de juros de suas dívidas.

No Senado, o relator na CCJ, Álvaro Dias, defendeu um programa de saneamento financeiro dos municípios, a exemplo do que a União fez com os estados, para viabilizar as restrições impostas aos prefeitos pela criação da Lei de Responsabilidade Fiscal.

O QUE DIZ O PROJETO DE LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL

Nenhum prefeito, governador ou o presidente da República poderá dar reajuste salarial seis meses antes do fim do mandato.

As despesas continuadas (superiores a dois anos) só poderão ser reajustadas se houver aumento de impostos ou corte de despesas. Somente os salários do funcionalismo e os benefícios previdenciários poderão ser reajustados, sem medidas compensatórias, para manutenção de seu valor real.

Nunca a União poderá gastar mais que 50% de suas receitas com pessoal, enquanto estados e municípios ficam limitados a 60%.

Quando o gasto com pessoal estiver chegando ao limite, a administração não poderá dar aumentos, pagar horas extras, criar cargos, alterar plano de carreira. É facultada a redução temporária da jornada de trabalho, com redução salarial proporcional.

Ficam proibidas, em ano eleitoral, as operações de Antecipação de Receita Orçamentária (ARO), que acabam prejudicando as receitas a serem administradas pelo sucessor.

Nos oito meses anteriores às eleições, não poderão ser iniciadas obras que não sejam concluídas até o final do mandato.

Estados, municípios e União terão de fixar metas fiscais para os três anos seguintes. A lei orçamentária terá de buscar o superávit primário das contas (sem juros), de modo a reduzir o endividamento e os gastos com juros.

No projeto de orçamento, cada item dos gastos deve ser totalmente claro e nunca a administração preverá dotação ilimitada para alguma coisa.

Ficam proibidos os refinanciamentos de dívidas entre a União, os estados e os municípios.

A cada dois meses, Executivo, Judiciário e Legislativo avaliarão o cumprimento de suas metas fiscais para o ano. O Executivo poderá cortar gastos do Legislativo e do Judiciário se ambos não o fizerem por conta própria.

Se o limite de endividamento da administração for superado, será dado um prazo de 12 meses para o ajuste. Se o prefeito, governador ou presidente não tomar medidas corretivas, ficam proibidas transferências voluntárias, obtenção de garantias para empréstimos e contratação de operações de crédito.

Qualquer concessão ou ampliação de incentivo fiscal será acompanhada do impacto orçamentário no início do ano da vigência do incentivo e nos dois anos seguintes. Para a concessão do incentivo, a receita terá de ser elevada na mesma proporção.

O dinheiro público só poderá ser empregado no socorro a bancos se uma lei específica autorizar.

O Banco Central não poderá mais emitir títulos públicos. O Tesouro Nacional será o único emissor de papéis da dívida pública federal. Com isso, a dívida do BC terá de ser incluída no Orçamento da União, permitindo que se saiba exatamente quanto o governo gasta para financiar o BC.

O BC ficará proibido de financiar o Tesouro Nacional, os estados e os municípios. Assim, o Executivo não poderá mais obrigar o BC a emitir títulos para refinaranciar dívidas de governadores e prefeitos. O BC também não poderá mais financiar empresa estatal, nem indiretamente.

O Banco Central terá de comunicar trimestralmente ao Senado os custos fiscais de suas operações, o custo da política cambial e a rentabilidade de sua carteira de títulos e das reservas bancárias. Ou seja, a sociedade ficará sabendo o custo da atuação do BC (lucros ou prejuízos). Os prejuízos do BC deverão ser previstos no Orçamento da União.

Senado promove hoje sessão especial em homenagem a Petrônio Portella

O Senado realiza hoje, às 11 horas, sessão especial em homenagem à memória do ex-senador Petrônio Portella, falecido em 1980. A iniciativa foi encabeçada pelo senador Hugo Napoleão (PFL-PI) e apoiada por vários outros senadores.

Os oradores inscritos para se pronunciarem na sessão especial são o autor do requerimento, Hugo Napoleão, e os senadores Alberto Silva (PMDB-PI), Freitas Neto (PFL-PI), Francelino Pereira (PFL-MG) e Sérgio Machado (PSDB-CE).

ABERTURA POLÍTICA

O ex-senador Petrônio Portella Nunes foi considerado o político mais importante na articulação do projeto de "distensão", de transição do regime militar para o processo democrático, na gestão do ex-presidente Ernesto Geisel.

Petrônio Portella, que nasceu na cidade de Valença (PI), em 12 de setembro de 1925, iniciou sua car-

reira política como deputado estadual, em 1954, pela antiga União Democrática Nacional (UDN). Como senador, exerceu por duas vezes a presidência da Casa, de 71 a 73 e de 77 a 79. Ele também foi prefeito de Teresina, governador e ministro da Justiça.

Eleito senador pelo Piauí em 1966, na legenda da Arena, Petrônio Portella teve de início uma atuação discreta, mas aos poucos foi assumindo cada vez mais projeção política. Na presidência da Arena, em 1974, Petrônio Portella passou a ser o principal representante de Geisel no Congresso, sendo considerado mesmo entre a oposição como um político liberal.

O senador iniciou a fase mais importante de sua vida política quando foi reconduzido à presidência do Senado, em 1977. Visando à revogação do AI-5, iniciou a chamada "Missão Portella", que consistia em buscar o entendimento entre o governo e a oposição em torno de reformas políticas.

Na ocasião, Petrônio Portella conversou com vários segmentos da sociedade, recebendo desde o cardeal-arcebispo do Rio de Janeiro, dom Eugênio Sales, até o líder operário Luiz Inácio Lula da Silva.

A "Missão Portella" foi prejudicada bruscamente quando, em abril de 1977, a pretexto de acelerar a reforma do Judiciário, rejeitada pelo MDB, o governo decretou o recesso do Congresso e baixou um conjunto de medidas que ficou conhecido como "pacote de abril". Na ocasião, o então presidente do Senado afirmou que aquele era "o dia mais triste" de sua vida. Mas, sua missão foi considerada completa quando suas idéias foram incorporadas à Proposta da Emenda Constitucional nº 11, aprovada pelo Congresso em setembro de 1978, revogando os atos institucionais, entre eles o AI-5.

Petrônio Portella faleceu em 6 de janeiro de 1980, quando era ministro da Justiça do governo João Figueiredo.



Freitas Neto preside a Comissão de Educação, que analisa concessões de rádio e TV

Educação tem hoje pauta com 30 itens

A Comissão de Educação (CE) se reúne hoje, às 11h30, para examinar pauta com 30 itens, que inclui projetos para concessão e funcionamento de emissoras de rádio e TV e requerimentos para a realização de audiências públicas com autoridades da área de educação.

Presidida pelo senador Freitas Neto (PFL-PI), a comissão examinará requerimento da senadora Emilia Fernandes (PDT-RS) pedindo a realização de uma audiência pública para discutir a educação profissional no Brasil, com a participação de representantes do governo e da sociedade civil. A senadora Luzia Toledo (PSDB-ES) também está propondo à comissão que realize audiência pública para debater a autonomia das universidades. Na mesma reunião, serão analisados projetos de decreto legislativo sobre concessões e permissão para funcionamento de diversas emissoras.

A comissão deve votar parecer favorável a projeto do senador Nabor Júnior (PMDB-AC) que denomina Aeroporto Internacional Senador Oscar Passos o novo aeroporto, em construção, na cidade de Rio Branco. Dois projetos em exame na comissão mudam o nome de estradas brasileiras. O primeiro, de autoria do senador Romero Jucá (PSDB-RR), denomina Rodovia Governador Hélio Campos trecho da BR-174 e outro, apresentado por Nabor Júnior, determina que trecho da rodovia BR-364 passe a se chamar Governador Edmundo Pinto.

CAE analisa projeto que amplia benefício da merenda escolar

Comissão de Assuntos Econômicos manifesta-se, na reunião de hoje, sobre fundo que financiará projetos de alimentação destinados a gestantes e crianças com até sete anos

O projeto de lei da Câmara que institui o Programa Nacional de Apoio à Infância e amplia o benefício da merenda escolar é um dos temas a serem debatidos pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) na reunião de hoje, às 10h. O relatório do senador Roberto Saturnino (PSB-RJ) aconselha a aprovação da matéria, que terá que passar também pelas comissões de Assuntos Sociais (CAS) e de Educação (CE).

O mérito da matéria será examinado por essas duas outras comissões. A CAE vai deliberar apenas sobre a viabilidade de criação do Fundo Nacional de Alimentação (FNA), que funcionará na forma de apoio, a fundo perdido, ou de empréstimos reembolsáveis para financiar projetos de alimentação destinados a gestantes e crianças com até sete anos de idade.

Os integrantes da CAE devem analisar ainda, na pauta de 12 itens, projeto de lei apresentado pelo se-

nador Geraldo Cândido (PT-RJ) que institui a conta-pagamento padrão, isentando os trabalhadores assalariados de tarifas bancárias. Pela proposta de Geraldo Cândido, o empregador deve arcar com os custos de manutenção das contas bancárias destinadas exclusivamente ao depósito de salários e movimentadas somente por cartão magnético. O relator, senador Eduardo Suplicy (PT-SP), apresentou substitutivo favorável à proposta.

Dentre os assuntos a serem debatidos na comissão está o projeto de lei que determina a instalação, nos aparelhos de televisão, de dispositivo eletrônico para bloquear a recepção de programação inadequada para crianças. A proposta tem voto favorável do relator na comissão, senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT).

Segundo o projeto de lei, os fa-



Saturnino (ao microfone) deu parecer favorável à proposta sobre merenda na CAE

bricantes terão que equipar os televisores com um *chip* que permita, por meio de senha ou código, a seleção de programas que não devem ser exibidos. Pela proposta, o governo federal deve proceder à classificação indicativa dos programas e as emissoras de TV, ao divulgar sua programação, indicarão os horários de exi-

bição de cenas de violência e sexo.

A CAE é presidida pelo senador Ney Suassuna (PMDB-PB) e tem em sua pauta de hoje sete projetos que não obtiveram apoio dos relatores, que opinaram pelo arquivamento das propostas. Uma das propostas com pedido de arquivamento é a que institui a venda de automóveis por consignação.



A CRE deve apreciar, também, mensagem presidencial que indica o diretor-geral da Abin

CRE debate neonazismo e restrição ao uso de armas

O projeto que restringe o uso de armas de fogo estará em pauta na reunião da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE), hoje, a partir das 17h30. A comissão vai deliberar sobre o substitutivo do senador Pedro Piva (PSDB-SP), que proíbe o porte mas permite a posse de armamentos. A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) também está examinando a questão, na forma do substitutivo do senador Renan Calheiros (PMDB-AL), que determina a proibição do

porte, da posse e do comércio das armas de fogo.

Na CRE, presidida pelo senador José Sarney (PMDB-AP), os senadores vão examinar requerimento do senador Pedro Simon (PMDB-RS) solicitando a realização de audiência pública para discussão sobre o crescimento da extrema-direita no mundo. Em sua proposta, Simon diz estar preocupado com a ascensão, na Áustria, de Joerg Haiden, que se declara admirador de Hitler, e com a ação de grupos neonazistas no

Brasil, que discriminam negros, judeus, homossexuais e nordestinos.

ABIN

Os membros da comissão também devem apreciar a mensagem presidencial que indica Ariel Rocha de Cunto para ser o primeiro diretor-geral da recém-criada Agência Brasileira de Inteligência (Abin). Em reunião secreta, os senadores vão sabatar o indicado, cuja aprovação é recomendada pelo relator, senador Romeu Tuma (PFL-SP). Com 1.400 funci-

onários e orçamento de R\$ 14 milhões, a Abin é o novo serviço de inteligência brasileiro.

Da pauta da CRE constam ainda três projetos de decreto legislativo, já aprovados pela Câmara dos Deputados, que dão o aval do Legislativo para acordos internacionais. Dois deles, relatados pelos senadores José Jorge (PFL-PE) e Bernardo Cabral (PFL-AM), referem-se ao apoio brasileiro à missão de observadores militares na região em que houve conflito entre o Equador e o Peru.



Marina Silva disse que o programa deverá beneficiar cerca de 60 mil pessoas

Marina anuncia programa de combate à pobreza no Acre

A senadora Marina Silva (PT-AC) anunciou ontem decisão do governador do Acre, Jorge Viana, do PT, de desenvolver, em âmbito estadual, ações de combate à pobreza. Segundo a senadora, entre essas ações estão a criação de um fundo de combate à pobreza, a implantação de um programa de bolsa-escola e a transferência de renda direta às pessoas carentes, além da reforma agrária baseada numa política de desenvolvimento sustentável dos recursos florestais.

A proposta de combate à pobreza do governo do Acre, informou a senadora, deverá beneficiar cerca de 60 mil pessoas que vivem abaixo da linha de pobreza, segundo levantamentos iniciais. “Sem sermos assistencialistas, pretendemos chegar a um programa consistente que gere emprego e renda para as pessoas mais necessitadas”, frisou a senadora. Ela acrescentou que, como acaba de deixar a liderança do Bloco Oposição no Senado, poderá dedicar-se ainda mais à proposta de erradicação da pobreza no seu estado.

A idéia, disse Marina, é estimular o desenvolvimento da castanha e da borracha, além de outros produtos da floresta, e buscar mercados interessados em produtos que sejam produzidos com qualidade ambiental e social. Ela informou que já estão sendo mantidos contatos fora do país com esse objetivo. “O Acre dá o pontapé inicial para a erradicação da pobreza”, concluiu a senadora.

Em aparte, Romero Jucá (PSDB-RR) fez votos para que a iniciativa do governo acreano seja implantada o “mais rápido possível, pois dará grande contribuição a todos os estados amazônicos”. Ele também elogiou o desempenho de Marina Silva à frente da liderança do Bloco Oposição no Senado.

Parlamentares e FHC fazem acordo sobre regras para a edição de MPs

Conforme o entendimento, medidas provisórias serão votadas separadamente pela Câmara e pelo Senado e não poderão tratar de temas relativos a petróleo, gás e telecomunicações

Em reunião realizada ontem à tarde no Palácio do Planalto, o presidente Fernando Henrique Cardoso aceitou, conforme relatou o senador José Fogaça (PMDB-RS), os termos de um acordo formulado por senadores e deputados com relação ao texto final da proposta de emenda constitucional (PEC) que disciplina a edição de medidas provisórias (MPs) pelo Poder Executivo.

Fogaça, relator da proposta no Senado, explicou em entrevista coletiva os principais pontos do acordo: sistema de votação das MPs em sessões separadas do Senado e da Câmara; proibição de medidas provisórias sobre temas relativos a petróleo, gás e telecomunicações; e regra de transição para as MPs em vigor na data da promulgação da PEC. Essas mudanças no texto da PEC serão agora discutidas com a oposição e outras lideranças na Câmara

dos Deputados, onde a proposta está tramitando, depois de ter sido aprovada com modificações no Senado.

—O governo está cedendo poder, mas esse não é o melhor dos mundos para o Congresso, que ficará com muita responsabilidade nas mãos — disse Fogaça, que levou a proposta a Fernando Henrique juntamente com os deputados Roberto Brant (PFL-MG) e Arnaldo Madeira (PSDB-SP). Participaram ainda da reunião o secretário-geral da Presidência, Aloísio Nunes Ferreira, e o ministro-chefe do Gabinete Civil, Pedro Parente.

Segundo Fogaça, o governo tem pressa em convencer os parlamentares a aprovarem a PEC com as mudanças discutidas no Planalto. O acordo foi selado com um telefonema de Fernando Henrique ao presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, que avalizara as propostas levadas ao presiden-



Fogaça: “O governo está cedendo poder, mas o Congresso ficará com muita responsabilidade nas mãos”

te da República.

Fogaça explicou que o sistema de votação em separado elimina a dificuldade de reunir o Senado e a Câmara em sessão conjunta do Congresso. Con-

tinuará valendo o sistema em que a vitória ou derrota da MP na segunda Casa de votação será considerado resultado definitivo. A Mesa do Congresso definirá a forma de rodízio na recepção das MPs, se a medida inicia o trâmite pelo Senado ou pela Câmara.

As restrições feitas aos assuntos dos quais as MPs poderiam tratar eram muito amplas, na opinião de Fogaça. Ao proibir, porém, apenas a inclusão de matérias relativas a petróleo, gás e telecomunicações, o acordo contempla as preocupações da oposição, afirma o senador gaúcho.

Quanto às MPs em vigor na data da promulgação da PEC, ficarão valendo até que o Congresso as aprecie, mas não poderão ter seu texto modificado pelo governo. As novas MPs terão prazo de validade de 60 dias, prorrogáveis por mais 60 dias.

Comissão quer saber se Cade está preparado para disciplinar as fusões de empresas



Jucá pretende “colocar em pratos limpos” o caso AmBev

A Comissão de Fiscalização e Controle (CFC) realizará uma série de audiências públicas com o objetivo de verificar se o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) está preparado para controlar o processo de fusão de empresas. O anúncio foi feito ontem pelo senador Romero Jucá (PSDB-RR), presidente da comissão. A decisão resultou de requerimento apresentado pelo senador Renan Calheiros (PMDB-AL), que solicitou a convocação para obter esclarecimentos sobre a fusão das cervejarias Brahma e Antartica, na empresa denominada AmBev.

Em calendário a ser fixado, serão ouvidos inicialmente o ministro da Justiça, José Carlos Dias; o secretário-executivo do Ministério da Justiça, Antônio Anastasia; o presidente do Cade, Gesner Oliveira; os conselheiros do Cade Hebe Romano e João Bosco Leopoldino; e os advogados Airton Soares, Márcio Pugliese e Marco Antônio Campos Sales.

Jucá disse que as denúncias de que os conselheiros do Cade estariam sofrendo pressões “precisam ser colocadas em pratos limpos” e que a comissão não pretende entrar no mérito do processo de fusão, mas examinar se o Cade está aparelhado para fiscalizar o mercado e impedir a emergência de monopólios. O presidente da CFC não descartou a possibilidade de, caso necessário, convocar os diretores das empresas envolvidas na constituição da AmBev para uma segunda rodada de audiências.



Antonio Carlos: aumento do mínimo deve ser condição para elevar o teto do funcionalismo

ACM reitera defesa de aumento do salário mínimo

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, reafirmou sua posição em defesa do reajuste do salário mínimo. Para o senador, o aumento do mínimo é condição necessária para que seja fixado um novo teto nos três Poderes da República. A fixação do teto possibilitaria o aumento salarial reivindicado pelos juízes federais e trabalhistas, que têm paralisação prevista para o próximo dia 28.

— Tudo está atrelado ao salário mínimo, inclusive o teto para juízes e parlamentares. Eu continuo com a minha tese de que, sem o (aumento do) salário mínimo, é muito difícil se fazer o teto. É óbvio que vai haver reunião sobre isso, provavelmente serei convidado — afirmou o presidente do Senado.

A VOZ do CIDADÃO
VOCÊ LIGADO NO SENADO FEDERAL

0800 612211

A Voz do Cidadão é um canal de comunicação gratuito entre você e o Senado Federal. De qualquer ponto do país, inclusive através de telefones públicos, você pode ligar 0800 612211 e tirar suas dúvidas ou apresentar sugestões, críticas e comentários. O serviço funciona 24 horas por dia, 7 dias por semana.

Participe!
Não custa nada para você, vale muito para o país.

www.senado.gov.br
e-mail: cidadao@senado.gov.br

Iris pede plano para reduzir violência no Entorno de Brasília

O senador Iris Rezende (PMDB-GO) fez um alerta ontem às autoridades federais sobre o aumento da violência na região do Entorno de Brasília. O senador apelou ao ministro da Justiça, José Carlos Dias, para que prepare, "em caráter emergencial", um plano de combate à criminalidade na região.

Dados apresentados por Iris Rezende indicam que mais de 900 mil pessoas habitam 15 municípios no Entorno do Distrito Federal. Na opinião do senador, as causas principais da violência que assola a região são a falta de assistência médica, educacional e de transportes.

Iris Rezende reconheceu o esforço do governo federal na criação de projetos para fortalecer a segurança pública e elogiou a ação do ministro da Justiça, que, "em apenas sete meses à frente da sua pasta", lançou recente programa de combate à violência, em nível nacional, com o apoio e aprovação do presidente Fernando Henrique Cardoso. O senador advertiu que, se as autoridades não tomarem providências com relação ao Entorno, a capital corre o risco de sofrer as graves consequências do avanço descontrolado da violência.

Os recursos para a elaboração do plano emergencial de combate ao crime no Entorno, na avaliação de Iris, só podem vir do governo federal, pois os governos do Distrito Fe-



Segundo Iris, recursos para o plano de emergência devem vir do governo federal

deral e de Goiás estão sem condições de investir ainda mais em segurança pública.

Em aparte, o senador Edison Lobão (PFL-MA) disse que o governo do presidente Fernando Henrique Cardoso está atento ao problema de segurança pública, tanto que lançou o programa de combate à criminalidade. Já o senador Romero Jucá (PSDB-RR) defendeu um plano de segurança pública que seja trabalhado em conjunto por estados e municípios, e o senador Gilberto Mestrinho (PMDB-AM) destacou que o país vive uma verdadeira "guerrilha urbana", causada, principalmente, pelo êxodo rural rumo às grandes cidades.

Lobão explica gastos da Assembléia maranhense

Em resposta a notícia divulgada pela TV Globo, no programa *Bom Dia Brasil*, de que a Assembléia Legislativa do Maranhão estaria gastando 12% da receita estadual com seus custos administrativos, o senador Edison Lobão (PFL-MA) apresentou ontem ofício do presidente da Assembléia, deputado Manoel Ribeiro, sobre o assunto. Segundo Lobão, a Assembléia maranhense gastou, em 1999, R\$ 52,2 milhões, R\$ 13,2 milhões abaixo do previsto, que equivalem a 1,85% da receita.

A Gerência de Planejamento e Desenvolvimento Econômico do Maranhão, sob o comando de Jorge Murad, também enviou ofício explicando que a soma dos gastos da Assembléia Legislativa em 1999 equivaleram a 3,49% da receita estadual. Lobão explicou que a diferença de percentuais entre os cálculos da Assembléia e da Gerência de Planejamento deve-se ao fato de que a primeira calculou sobre a receita bruta e a segunda sobre a receita líquida:



Lobão disse que erro foi causado mais por "desinformação e equívoco" do que por má-fé

— Não houve má-fé da TV Globo ou do repórter e nem do senador Jefferson Péres, presente ao programa, mas um pouco de desinformação e equívoco. Espero que as explicações sejam suficientes para que a Assembléia Legislativa do Maranhão não seja malvista por algo que não fez — concluiu o senador.

Nabor diz que regionalizar salário mínimo é "insano"

Ele cita economista para alertar que medida poderia provocar um inchaço das metrópoles brasileiras, agravando a violência

O senador Nabor Júnior (PMDB-AC) criticou a idéia de regionalizar o salário mínimo, sustentando que o custo de vida é mais alto nas regiões mais distantes dos grandes centros, particularmente na Amazônia. A proposta, que estaria em estudo por técnicos do governo federal, criaria um valor nacional e vários estaduais ou regionais. Nabor acha a proposta "insana e antifederativa" e afirmou que, "se os tecnocratas do governo insistirem, enfrentarão condições políticas muito mais hostis do que podem suportar".

— Ao contrário do que foi noticiado, é exatamente nos estados mais pobres e mais distantes que o custo de vida é mais alto. Além disso, a iniciativa é anticonstitucional, pois criaria cidadãos de primeira e segunda classes, cristalizando as desigualdades regionais de renda — afirmou o senador.

Nabor Júnior citou advertência do



Nabor Júnior: estados mais pobres e mais distantes têm custo de vida mais alto

economista Márcio Pochman, da Universidade de Campinas, segundo o qual a regionalização do salário mínimo provocará uma corrida para as metrópoles, particularmente as que estive-

rem pagando mais aos trabalhadores de baixa qualificação. O senador alertou para a possibilidade desse incremento migratório provocar um inchaço nas grandes metrópoles, agravando problemas como a violência urbana.

Na opinião do senador, com a regionalização, "a intenção é dar a São Paulo um salário mínimo bem superior ao da Amazônia", que, pela distância dos polos desenvolvidos do país e pelos altos custos de transporte impostos pela política de regionalização dos preços dos combustíveis e derivados, enfrenta permanente carestia da comida e de outros produtos de consumo, observou.

Romero Jucá (PSDB-RR), em aparte, também afirmou que, caso seja adotada a regionalização, a Amazônia será condenada a ser ainda mais pobre, perspectiva que, a seu ver, não terá o apoio dos senadores que representam a região.

Antero vê "avanço social" com melhorias na telefonia

A inauguração de um tronco de fibra ótica no estado de Mato Grosso foi comemorada ontem pelo senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT). Segundo ele, o cabo permitirá que sejam somadas mais 460 mil ligações às atuais 330 mil ligações telefônicas simultâneas. Antero disse que a obra atesta o desenvolvimento alcançado pelo estado por meio de investimentos do governo federal e não representa apenas um aumento de oportunidade de negócios, mas também um avanço na área social:

— Um cirurgia feita em Mato Grosso poderá ser assistida e orientada por especialistas de São Paulo ou de outros países. O ideal do ministro Sérgio Motta de democratizar a comunicação no Brasil foi alcançado — afirmou o senador.

O senador Romero Jucá (PSDB-RR) lembrou que o compromisso de Sérgio Motta e do presidente Fernando Henrique foi atingido graças ao programa de privatização. Ele lembrou que está para ser votado na Comissão de Infra-Estrutura do Senado o projeto que cria o Fundo de Universalização do Sistema de Telecomunicações (Fust), que proporcionará às empresas os recursos necessários para instalar telefones em regiões onde não há perspectiva de lucro.

Outro programa ressaltado pelo senador Antero Paes de Barros é o que levará energia elétrica a 91 dos 130 municípios de Mato Grosso, beneficiando mais de 58 mil propriedades rurais. O senador explicou que o governo estadual investirá neste programa, em parceria com a Eletrobrás, R\$ 20 milhões para reduzir em até 70% e por 30 anos a mensalidade a ser paga pelos peque-



Antero registrou chegada de novo tronco de fibra ótica ao sistema telefônico de Mato Grosso

nos produtores rurais.

Antero também alertou para o perigo ecológico da usina hidrelétrica de Manso. Segundo ele, o Pantanal passa por um período de estiagem que diminuiu tanto a lâmina de água que os peixes não conseguiram subir os rios para a reprodução. O senador propôs uma moratória da pesca por dois anos para viabilizar a implantação do programa BID-Pantanal, que levará saneamento básico à região. Antero defendeu ainda a realização de um censo que revele quais e quantos são os pescadores profissionais de Mato Grosso.

O senador também referiu-se à formação do bloco partidário PSDB-PTB na Câmara dos Deputados, citando a revista do partido, *Opinião Tucana*, que classificou a coalizão como uma "demonstração de unidade e competência política". Para ele, a formação do bloco, "uma vitória parlamentar consagrada", foi feita observando "parâmetros éticos e que não deixam qualquer dúvida quanto à lisura das negociações".



Francelino lembrou carreira do cientista Carlos Chagas Filho

Francelino requer pesar pela morte de pesquisador

O senador Francelino Pereira (PFL-MG) encaminhou ontem requerimento de voto de pesar pelo falecimento do médico e pesquisador Carlos Chagas Filho. O senador citou a atuação do cientista, filho do descobridor do parasito da doença de Chagas, na evolução das atividades científicas no país.

O pesquisador, que presidiu durante 16 anos a Pontifícia Academia de Ciências de Roma, foi o responsável pela revisão do processo contra o físico Galileu Galilei, que resultou na reabilitação do astrônomo. Outro trabalho importante de Chagas, citado por Francelino, foi o levantamento da idade do Santo Sudário, relíquia considerada por muitos anos como tendo sido o manto que envolveu o corpo de Jesus Cristo após a sua crucificação.

O papa João Paulo II enviou carta à viúva do médico e cientista mineiro — anexada por Francelino ao requerimento —, na qual o pontífice frisa que o trabalho de Carlos Chagas fez com que a Igreja Católica se tornasse mais presente "no mundo da ciência".

Geraldo Melo defende na TV projeto de incentivo à irrigação

O senador Geraldo Melo (PSDB-RN) defende, em entrevista à TV Senado, projeto de sua autoria que dispõe sobre regime tarifário especial no fornecimento de energia elétrica para a irrigação. Pela proposta, a energia elétrica será fornecida ao agricultor pelo preço do custo de produção, mais 15%.

O objetivo, segundo o senador, é

assegurar condições de competitividade à agricultura irrigada no país. Geraldo Melo disse ainda que a redução nos custos não significa subsídio, mas uma forma de fazer com que boa parte dos agricultores brasileiros adotem os métodos de irrigação, sem temer a conta no final do mês.

A entrevista vai ao ar hoje, às 7h30.

Juvêncio da Fonseca participa de debate sobre desertificação

A desertificação é um fator de degradação da terra nas regiões semi-áridas e secas, causado pela variação climática, prejudicando a qualidade de vida das populações afetadas. Este é o tema do debate, com o senador Juvêncio da Fonseca (PFL-MS) e o coordenador do Plano Nacional de Com-

bate à Desertificação, Heitor Matallo, que a TV Senado exibe hoje, às 6h30.

O senador Juvêncio da Fonseca defende um trabalho de conscientização junto à população para combater o problema. Ele apontou a região Nordeste e o norte de Minas Gerais como as áreas mais sujeitas à desertificação.

PROGRAMAÇÃO



TV SENADO

HOJE

6h – *Unip: Pediatría*
6h30 – *Debate: O senador Juvêncio da Fonseca e o Coordenador do Plano de Combate à Desertificação, Heitor Matallo, falam sobre desertificação*
7h25 – *Senado em Pauta*
7h30 – *Entrevista: O senador Geraldo Melo fala sobre energia elétrica e irrigação*
7h55 – *Senado em Pauta*
8h – *Jornal do Senado*
8h30 – *TV Escola Direitos Humanos: "Armas tô fora"*
8h55 – *Senado em Pauta*
9h – *Cores do Brasil: turismo em Sergipe*
9h30 – *Entrevista: O senador Roberto Saturnino fala sobre a CLT para servidores públicos*
10h – *Comissão de Assuntos Econômicos (ao vivo)*
11h – *Sessão Solene do Senado Federal (ao vivo)*
Logo após: *Comissão de Educação (gravada)*
14h30 – *Sessão Plenária (ao vivo)*
Logo após: *Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (ao vivo)*

21h – *Jornal do Senado*

21h30 – *Comissão de Relações Exteriores (gravada)*

RÁDIO SENADO

HOJE

8h – *Agenda Senado*
Em seguida – *Música e informação*
10h – *Comissão de Assuntos Econômicos*
Em seguida às 11h – *Sessão Especial do Senado Federal*
Em seguida – *Música e informação*
14h30 – *Sessão Plenária do Senado (ao vivo)*
Em seguida – *Música e informação*
19h – *A Voz do Brasil*
Em seguida – *Música e informação*
20h30 – *Senado em Linha Direta – Edição Nordeste*
Em seguida – *Música e informação*
21h – *Senado em Linha Direta – Edição Norte/Centro-Oeste*
Em seguida – *Música e informação*
21h30 – *Senado em Linha Direta – Edição Sul/Sudeste*
Em seguida – *Música e informação*
0h – *Sessão Plenária do Senado (reprise)*
Em seguida – *Música e informação*

Mozarildo elogia ação das Forças Armadas na Amazônia

Senador defende mais recursos para projetos como o Calha Norte e propõe ocupação civil com exploração econômica ambientalmente adequada

O senador Mozarildo Cavalcanti (PFL-RR) homenageou as Forças Armadas e em particular o Exército brasileiro pelo que classificou de "admirável trabalho de guarda da Amazônia". Na ocasião, o parlamentar pediu que o governo federal inicie, o quanto antes, um trabalho de planejamento para a ocupação ordenada da região.

O representante de Roraima lembrou que, nos últimos anos, três autoridades de países desenvolvidos manifestaram-se favoráveis à intervenção na região. Primeiro foi o então presidente francês François Mitterrand que afirmou, em 1989, ser necessário que o Brasil aceitasse uma soberania relativa sobre a Amazônia. Já em 1992, o então primeiro-ministro britânico John Major disse que as campanhas ecológicas internacionais sobre a região amazônica deixavam a propaganda para dar início a uma fase de operação "que, obviamente, pode ensejar intervenções militares diretas na região".

Mais recentemente, em abril de 1998, o chefe do serviço de informações das Forças Armadas dos Estados Unidos, Patrick Hughes, afirmou que seu país precisa estar preparado para inter-



Mozarildo diz que a Amazônia "atrai atenções dos países mais ricos e poderosos do mundo"

romper qualquer ação do Brasil na Amazônia que ponha em risco o meio ambiente norte-americano.

Para o senador, essas manifestações mostram que a Amazônia é "um tesouro tão valioso que atrai as atenções até mesmo dos países mais ricos e mais poderosos do mundo". Ele lembrou ações positivas para aumentar a soberania brasileira na região, como o Sistema de Vigilância da Amazônia (Sivam), que já tem instalados três quintos de sua capacidade total. Além

de controlar o tráfego aéreo na região, o projeto prevê a realização de mapeamentos e detecção de focos de incêndio e de desmatamento, sendo o maior projeto de controle ambiental em curso no mundo.

Mozarildo Cavalcanti defendeu mais recursos para que as Forças Armadas retomem projetos importantes, como o Calha Norte. Segundo ele, o Plano Plurianual (PPA) prevê para o item "Defesa e Segurança" – onde está incluída a defesa da Amazônia – uma verba de R\$ 3 bilhões, ou 7,2% do total, para os próximos três anos.

– É fundamental reforçar essa verba para que se possa dar prioridade às ações necessárias à defesa da Amazônia – afirmou o parlamentar.

Para Mozarildo Cavalcanti, além da presença militar forte nas fronteiras, é necessária uma ocupação civil a partir da exploração econômica ambientalmente adequada. Ele destacou que isso já vem acontecendo, como atesta o levantamento realizado pela Associação Brasileira de Infra-Estrutura e Indústrias de Base (Abdib), segundo o qual a região terá investimentos de R\$ 43 bilhões até 2003, ficando atrás apenas da região Sudeste.

Maguito Vilela solicita urgência na conclusão de anel viário em Goiás

O senador Maguito Vilela (PMDB-GO) informou ter encaminhado ofício ao presidente da República e ao ministro dos Transportes solicitando urgência para construção do anel viário em Rio Verde, município localizado no sudoeste goiano.

– Ao final, a obra terá 18 quilômetros de extensão, desviando o fluxo do centro da cidade. É preciso duplicar a BR-060, uma rodovia que corta Goiás em direção a Mato Grosso, numa extensão de 15 quilômetros. Do ponto de vista financeiro, pouco significa para os cofres da União, mas do ponto de vista social é fundamental para uma das regiões que mais crescem e geram empregos hoje no Brasil. É uma obra de pequeno porte cujos benefícios serão fantásticos – disse Maguito.

O senador destacou o grande crescimento do estado de Goiás, que atualmente já é a oitava economia do país, graças a investimentos em infraestrutura. De acordo com Maguito, Rio Verde se destaca entre os municípios goianos e é uma das cidades que mais crescem no Brasil por suas condições de solo, umidade e altitude ideais e mão-de-obra qualificada.



Para Maguito, anel "é uma obra de pequeno porte cujos benefícios serão fantásticos"

Segundo o senador, Rio Verde vem chamando a atenção de investidores nacionais e internacionais.

Estão nesse município, informou, empresas como a Perdigão, que investe R\$ 550 milhões em um complexo agro-industrial para abater diariamente 280 mil aves e 3.500 suínos, e que gerará 3 mil empregos diretos em sua primeira etapa. O projeto integrará 810 granjas de pequenos produtores rurais da região e deverá ser inaugurado no segundo se-

mestre.

Outro grande empreendimento que será instalado no município, acrescentou, é a Van Der Bergh, braço da Gessy Lever no setor alimentício, que investe R\$ 250 milhões na região e produzirá 75 mil toneladas de derivados de tomates da Cica, gerando 950 empregos. Maguito destacou ainda empreendimentos locais, como a Cooperativa Mista dos Produtores Rurais, em funcionamento desde a década de 70.

Na opinião do senador, todo esse desenvolvimento trará desdobramentos para os municípios da região: há previsão de que, em dez anos, a população da cidade saltará dos atuais 120 mil habitantes para mais de 300 mil. "Os investimentos no campo social e de infra-estrutura precisam ser redobrados. O governo estadual e federal precisam auxiliar", defendeu Maguito.

Segundo o senador, só a Gessy Lever deverá gerar no município um tráfego de 100 caminhões diariamente. Ele disse ainda que iniciou a construção do anel viário quando foi governador do estado, mas hoje a obra segue em ritmo lento.

COMO SINTONIZAR

TV SENADO

Informações de recepção de sinal para usuários de antena parabólica:

- Satélite - B1
- Transponder - 1 BE (Banda Estendida)
- Polarização: Vertical
- Frequência RX (Banda - L) - 1505,75 hz
- Antena - 3,6 m LNB
- Receptor de Vídeo/Aúdio Digital NTSC MPEG2 DVB
- Symbol 3,2143MS-S
- SEC 3/4
- Fornecedor: COMSAT - Fone: (019) 772 9600

Informações para repetidoras e operadoras de TV a cabo:

- NET BsB - canal 7
- SKYNET - canal 30
- DirecTV - canal 163

RÁDIO SENADO FM

Informações para usuários do sistema Rádio/Sat Digital:

- Equipamentos necessários:
- Antena parabólica tipo TVRO (telada) de 2,85 m (mínima) banda C
 - Receptor ABR 200, ComStream
 - LBN DRO ComStream
 - 60 metros (no máximo) de cabo coaxial RG-11, com conectores tipo F

Informações técnicas:

- Frequência de recepção: Banda L 1.465,600 Mhz
- Satélite: Brasilsat B2
- Polarização: Vertical (RX)
- Modo: Joint-Stereo
- Taxa: 128 Kbps-BPSK
- Programação ABR: CC, 1,11465600, 256000,0 FD 1,17,1,7

Cabral pede revisão da política salarial para o funcionalismo

Segundo o senador, servidores pagam o preço da estabilização da economia e já acumulam perdas de 63,68% desde 1994

O senador Bernardo Cabral (PFL-AM) pediu ao governo federal para rever “as duras determinações traçadas para a política salarial dos servidores”. Ele considerou “inadmissível” que a estabilização da economia e o equilíbrio das contas públicas sejam promovidos por meio de “flagrante injustiça” com o funcionalismo público.

Segundo o senador pelo Amazonas, embora a inflação esteja hoje sob controle, ela impôs perdas salariais de 63,68% a partir de 1994, ano de implantação do Plano Real, uma vez que os servidores se encontram desde então com seus salários congelados.

Como exemplo das diversidades enfrentadas pelo funcionalismo, Cabral citou o caso dos servidores da Justiça do Trabalho da 11ª Região, que engloba os estados do Amazonas e Roraima. Esses funcionários, informou, tiveram que devolver à União diferenças salariais relativas ao Plano Bresser, que tinham sido pagas em dezembro de 94 após sentença transitada em julgado.

O senador lembrou que em junho de

1987, com a edição do Plano Bresser, foi extinta a “escala móvel de salários”, fórmula que reajustava os salários sempre que a inflação acumulada atingisse 20%. Ao extinguir a fórmula, o Plano Bresser também desconsiderou a inflação da primeira quinzena de junho de 1987, de 26,06%, objeto de ações judiciais de servidores públicos, que obtiveram sentenças favoráveis, como os do TRT da 11ª Região.

No entanto, explicou Cabral, conforme entendimento posterior do STF e ação rescisória da Procuradoria Geral da República sobre a decisão que favoreceu os servidores, foi determinada a devolução do pagamento feito em 1994, corrigido pela Ufir e à razão de 5% dos vencimentos.

Em aparte, Ramez Tebet (PMDB-MS) disse que o Plano Real acabou com a inflação no que se refere “exclusivamente à cesta básica”, mas não em relação a outros itens também consumidos pelos trabalhadores, e apoiou as palavras de Cabral quanto às condições salariais adversas do funcionalismo. Gilberto Mes-



Cabral lamentou o despecho de ação movida por servidores da Justiça do Trabalho

trinho (PMDB-AM), por sua vez, afirmou que o governo “parece que já se sensibilizou” com a questão, tanto que estuda formas de reajustar os salários do funcionalismo. Ele lembrou que a União registrou em 99 superávit de R\$ 31 bilhões, superior ao acertado com o Fundo Monetário Internacional (FMI).

Ramez Tebet cobra mais eficiência do governo no combate à febre aftosa

A ação do Ministério da Agricultura no combate a suposto foco de febre aftosa descoberto em Mato Grosso do Sul deveria se restringir à área afetada, livrando o restante do estado de um tratamento injusto e prejudicial à sua economia. Foi o que propôs ontem o senador Ramez Tebet (PMDB-MS).

Segundo o senador, foram descobertas reses contaminadas no município de Naviraí, próximo à divisa do estado com o Paraná, mas o gado teria sido contrabandeado do Paraguai. Ramez Tebet relatou as conversas que teve com técnicos do ministério, quando foi informado de que o órgão não teria condições de fazer o exame do rebanho para que o estado voltasse a exportar o gado ainda vivo (“boi em pé”).

— Isso é incompetência. Chega a ser ridículo — afirmou Tebet, que também recebeu promessas de solução para o problema da aftosa do presidente Fernando Henrique Cardoso e do ministro da Agricultura, Pratini de Moraes.

O senador explicou que, além de não poderem exportar o “boi em pé”, os produtores estão se deparando com a queda nos preços da arroba, uma vez que a oferta para abate dentro do estado é muito grande. Enquanto em São Paulo a arroba tem se situado em tor-



Tebet diz que restrições feitas à venda de gado em Mato Grosso do Sul revelam “incompetência”

no de R\$ 42, em Mato Grosso do Sul não tem passado de R\$ 34.

Não se justifica, na opinião do senador, que o governo federal esteja cedendo à pressão dos organismos internacionais de comércio para fazer restrições tão sérias ao trânsito do gado de Mato Grosso em direção ao resto do país. Tebet argumentou que Naviraí está mais próxima do Paraná do que de muitas regiões do estado, e, no entanto, o Paraná não está sofrendo nenhuma sanção.

— Não estou pedindo interferência no Paraná, mas isso revela falta de lógica. O Ministério da Agricultura deve-

ria reagir à pressão internacional e defender os interesses do país — disse Tebet. Ele lembrou a contribuição da pecuária brasileira às exportações.

Em aparte, o senador Lúdio Coelho (PSDB-MS) considerou que a política do Ministério da Agricultura pode indicar falta de preocupação na defesa dos interesses nacionais e sugeriu que o Congresso pressione o Executivo a encontrar uma solução adequada para o problema.

Também em aparte, o senador Leomar Quintanilha (PPB-TO) prestou solidariedade a Tebet e aos matogrossenses-do-sul, lembrando que o Tocantins teve igualmente as fronteiras fechadas por causa da febre aftosa. Quintanilha, contudo, ressaltou que se deve avaliar com senso de justiça a atuação do ministério, que está empenhado na erradicação da aftosa.

Para o senador Iris Rezende (PMDB-GO), outro a apartear Ramez Tebet, Mato Grosso do Sul tem que receber tratamento especial, uma vez que seus produtores rurais são responsáveis e zelosos no cuidado sanitário com os rebanhos. Iris, que já foi ministro da Agricultura, observou que os técnicos do órgão agem com dureza em razão dos traumas causados no passado pela febre aftosa.

Álvaro Dias alerta para rápido aumento da dívida do Paraná

O senador Álvaro Dias (PSDB-PR) classificou como “assustador” o crescimento de 68%, em dólar, da dívida pública do Paraná entre 92 e 98. Os dados, segundo o senador, foram fornecidos pelo Ministério da Fazenda, em atendimento a requerimento de informações de sua autoria.

Na avaliação de Álvaro Dias, a informação mais interessante do Ministério da Fazenda é a que demonstra a “evolução explosiva dos restos a pagar a partir de 1996”. Eles chegaram a R\$ 2,5 bilhões em 1998, quando em 1995 eram de R\$ 6,5 milhões, “ou seja, um crescimento de mais de 38.000%”. Para o senador, isso evidencia que o estado está criando dívidas antes de gerar a capacidade de pagá-las e comprometendo o seu futuro.

— A evolução desses restos a pagar deveria chamar a atenção do governo federal quanto à gestão do estado do Paraná, mesmo porque o Executivo federal tem dado constantemente aval ao governo paranaense — afirmou.

Álvaro Dias lembrou que o Senado aprovou propostas de endividamento do Paraná em 1998 e 1999, e considerou extremamente grave a afirmação do secretário do Tesouro Nacional de que não tem acompanhado a capacidade dinâmica de pagamento do estado. “Ora, como pode o Poder Executivo federal ter encaminhado ao Senado pleitos do estado do Paraná sem avaliar a sua capacidade de pagamento?”, indagou.

Em 1997, ressaltou o senador, uma



Álvaro Dias questionou os avais dados pelo Tesouro Nacional ao governo do estado do Paraná

análise do Tesouro concluiu que o Paraná não apresentava capacidade de pagamento para honrar as dívidas pretendidas. “Se o acompanhamento feito pelo Tesouro Nacional no Paraná vem sendo praticado com grave omissão de informações relevantes para um diagnóstico econômico-financeiro, conforme constatado na resposta ao meu requerimento, é extremamente temerário o papel que o Tesouro desempenhou perante o Senado nos exercícios de 1998 e 1999, em prol dos pleitos do Paraná”, disse.

Álvaro Dias espera que, uma vez aprovada, a Lei de Responsabilidade Fiscal seja o anúncio de um novo tempo e o início de um processo de recuperação das finanças públicas, mas alertou para a necessidade de um pacto de responsabilidade entre todas as esferas de governo para que a lei seja respeitada.

Lúdio quer prioridade para reforma político-partidária

Para aprimorar as condições de desempenho da administração pública, o senador Lúdio Coelho (PSDB-MS) aponta como fundamentais a reforma político-partidária e uma definição mais clara das atribuições dos Poderes republicanos, especialmente o Executivo e o Legislativo. O comentário foi feito ontem pelo senador em razão das notícias de que voltou à Ordem do Dia o debate sobre a adoção do parlamentarismo, em substituição ao presidencialismo.

— Não responsabilizo o presidencialismo pelas dificuldades por que passa o país — afirmou o senador.

O atual número de partidos com assento no Congresso, por outro lado, não contribui para a eficácia governamen-



Lúdio: presidencialismo não é causa dos problemas por que passa o país

tal, na sua opinião. Lúdio Coelho acredita que a administração pública precisa ser redesenhada por reformas que alcancem não só o Judiciário, mas também o Executivo e o Legislativo. Hoje, segundo o senador, o Congresso interfere em “coisas elementares” do governo, com prejuízo para o desempenho da máquina pública.

Romero Jucá (PSDB-RR) aparteu o senador para concordar que a reforma política “deveria ter sido a mãe de todas as reformas” e assegurar que seu partido tem posição firme a respeito: é favorável à reforma política para criar uma base sólida e estável de governo. Também para Leomar Quintanilha (PPB-TO), “a maior parte das dificuldades atuais do governo se deve à falta da reforma política”.